

**ENTRE COMÍCIOS, MINHOCAS E DECAPITAÇÃO: A SEGUNDA GUERRA (1939-1945) NO VALE DO RIO DOS SINOS/RS\***

Between rallies, earthworms and decapitation: the Second War (1939-1945) in the Valley of Rio dos Sinos/RS.

**Fernanda Gälzer  
Magna Lima Magalhães  
Marinês Andrea Kunz**

**Resumo:** A primeira metade da década de 1940 foi marcada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a qual afetou não apenas os territórios diretamente envolvidos. No Brasil, o cenário nacional foi permeado pela ditadura varguista denominada Estado Novo (1937-1945) e que buscava, entre outras ações governamentais, a nacionalização das populações de imigrantes, no intuito de constituir uma identidade nacional. Tal política foi intensificada com o acirramento do conflito mundial, no qual o Brasil manteve-se neutro até 1942, quando posicionou-se contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Esse episódio refletiu na sociedade brasileira, sobretudo nas populações de imigrantes e descendentes dos países do Eixo. Ao considerar o cenário histórico, este artigo objetiva relacionar o fim da neutralidade brasileira na Segunda Guerra e seus efeitos no cotidiano do Vale do Rio dos Sinos/RS, com foco na Campanha de Nacionalização. Para isso, utiliza-se de correspondências da prefeitura de São Leopoldo e de dois jornais de circulação semanal (Correio de São Leopoldo e O 5 de Abril). Ainda, vale-se, a partir da História Oral, de relatos de moradores da localidade, que vivenciaram o contexto, para apresentar e discutir os efeitos da guerra junto à população de imigrantes alemães e seus descendentes, moradores do Vale do Rio dos Sinos.

**Palavras-chave:** Campanha de Nacionalização. Estado Novo. Imigrantes alemães.

**Abstract:** The first half of the 1940s was marked by World War II (1939-1945), which did not affect only the territories directly involved. In Brazil, the national scenario was permeated by the Vargas dictatorship called Estado Novo (1937-1945), which sought, among other governmental actions, a nationalization of immigrant populations to consolidate Brazilian identity. This policy was intensified with the intensification of the world conflict, in which Brazil remained neutral until 1942, when it positioned itself against the Axis (Germany, Italy and Japan). This episode was reflected in Brazilian society, especially in the populations of immigrants and descendants of the Axis countries. Considering this scenario, this article aims to relate the end of Brazilian neutrality in The Second World War and its effects on the daily life of the Vale do Rio dos Sinos/RS considering the Nationalization Campaign. For this, we use correspondence from a city hall of the searched locality and two newspapers of weekly circulation (Correio de São Leopoldo and O 5 de Abril). Furthermore, reports from local residents who experienced this context are used from the Oral History. To present the effects of the war on the population of German immigrants and their descendants, residents of the Vale do Rio dos Sinos.

**Keywords:** Nationalization Campaign. Estado Novo. German immigrants.

### **Considerações Iniciais<sup>1</sup>**

Iniciada oficialmente em 1º de setembro de 1939, com a invasão do território polonês por tropas alemãs, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ainda é assunto que gera curiosidade e pesquisas. Inserida em um contexto de ascensão de governos autoritários e nacionalistas, no período pós-Crise de 1929, estava relacionada diretamente à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O conflito envolveu dois grupos: o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão, e os Aliados, formado por Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, sendo estes os vitoriosos do conflito em 1945.

---

\* O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>1</sup> Este artigo foi baseado no quarto capítulo da dissertação de mestrado de Fernanda Gälzer, orientada pelas professoras Dr<sup>a</sup> Magna Lima Magalhães e Dr<sup>a</sup> Marinês Andrea Kunz.

Inicialmente, o Brasil permaneceu neutro no conflito, porém, em 1942, posicionou-se contra o Eixo e sofreu com ataques contra embarcações. A participação brasileira no combate ocorreu efetivamente a partir de 1944. No entanto, antes disso, no território brasileiro também se travava uma guerra<sup>2</sup>, ou seja, a Campanha de Nacionalização<sup>3</sup>, realizada durante o Estado Novo (1937-1945), período ditatorial sob chefia de Getúlio Vargas, tornou-se mais rigorosa, combatendo com mais afinco tudo que estivesse relacionado à Alemanha, à Itália ou ao Japão, incluindo os imigrantes e seus descendentes, sobretudo após 1942. Travou-se, assim, uma busca pelos assim chamados “traidores do Brasil” e se intensificou o controle das manifestações culturais dessa parcela da população.

Nesse sentido, o presente estudo objetiva relacionar o fim da neutralidade brasileira na Segunda Guerra Mundial a seus efeitos no cotidiano do Vale do Rio dos Sinos<sup>4</sup>, considerando a Campanha de Nacionalização desenvolvida no período. Para isso, são analisadas correspondências recebidas e expedidas pela prefeitura de São Leopoldo/RS na época e textos de dois jornais de circulação semanal na região (*Correio de São Leopoldo* e *O 5 de Abril*). Além disso, a partir da História Oral, são analisados relatos de moradores da localidade, que vivenciaram esse contexto histórico<sup>5</sup>. Para tanto, consideram-se as perspectivas de Alessandro Portelli (2001) e Verena Alberti (2011), que entendem que a História Oral deve considerar a fala do entrevistado como uma ação relevante no processo de escrita do historiador.

Seguindo essa perspectiva, este artigo foi dividido em três partes, para apresentar os efeitos da guerra para a população de imigrantes alemães e seus descendentes, moradores do Vale do Rio dos Sinos, expondo o período que antecede o fim da neutralidade, quando o Brasil possuía significativas relações com a Alemanha. Após, o esforço de proteger o país contra a ameaça dos quinta-colunas e os reflexos na sociedade da região em decorrência do ataque às embarcações brasileiras pelos alemães.

---

<sup>2</sup> Giralda Seyferth (1997) discorre sobre o trabalho de Hugo Bethlem, que define a nacionalização desenvolvida durante o Estado Novo (1937-1945) como uma guerra, uma campanha militar contra as manifestações étnicas.

<sup>3</sup> A Campanha de Nacionalização se dava por meio de ações “nacionalizadoras” em diversos campos do cotidiano como na educação, na imprensa e na vigilância (GERTZ, 2005). Essa ação foi “[...] planejada e executada durante o Estado Novo, em nome da unidade nacional, como processo de assimilação forçada de alienígenas” (SEYFERTH, 1999, p. 200).

<sup>4</sup> A região do Vale do Rio dos Sinos compreende parte da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, a qual foi a primeira a receber imigrantes alemães no estado sul-rio-grandense. De acordo com o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS), a localidade fica na região metropolitana de Porto Alegre/RS e compreende as atuais cidades de Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. A maioria dessas cidades, com exceção de Novo Hamburgo e de Canoas, na época, não eram municípios independentes, mas distritos de São Leopoldo. Por isso, neste trabalho, ao falar do município leopoldense, deve-se considerar sua configuração da década de 1940.

<sup>5</sup> Ao todo, a pesquisa conta com oito interlocutores, no entanto, para este artigo foram utilizadas seis entrevistas. Os entrevistados assinaram carta de cessão, concedendo os direitos da entrevista à autora. Em respeito às narrativas dos entrevistados, optou-se por fazer pequenos ajustes para evitar vícios de linguagem.

## **“Serão presos os que manifestarem simpatia pela causa do Eixo”<sup>6</sup>: o fim da neutralidade brasileira**

Nos primeiros anos do conflito, o Brasil permaneceu neutro, mantendo relações com ambos os lados envolvidos (países do Eixo e dos Aliados). Contudo, a partir de 1942, o país se comprometeu com os Aliados e passou a sofrer retaliações por parte da Alemanha. Ao mesmo tempo, a população, no Brasil, originária dos países inimigos, enfrentou mais intensivamente a nacionalização e, em diversos momentos, um clima de guerra pairou no ar.

Da perspectiva comercial, a neutralidade era vantajosa para o Brasil, pois “Vargas buscou maximizar o ganho sem se expor demais” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 384). Assim, “Getúlio Vargas fez um jogo duplo entre os seus dois maiores parceiros comerciais, procurando tirar proveito dessa situação”, uma vez que a Alemanha buscava aumentar sua influência no continente americano, assim como os Estados Unidos, gerando concorrência entre os dois, o que acabou beneficiando o mercado brasileiro (CAPELATO, 2003, p. 134).

No Vale do Rio dos Sinos, havia a comercialização de produtos oriundos da Alemanha, mas o contexto da guerra ocasionou efeitos sobre a região, principalmente no tocante ao envolvimento econômico, especialmente pela diminuição da oferta de produtos e a posterior finalização da parceria comercial com o país. A compra de produtos importados da Alemanha é comentada por alguns entrevistados que destacam a qualidade superior destes quando comparados aos produtos locais. Com o novo posicionamento brasileiro e o agravamento do conflito, a comercialização dos produtos importados foi encerrada, conforme explica a Sra. Gertha Bühler, que encontrou dificuldades para adquirir um artigo de cozinha quando se casou durante o período da guerra: “não se podia comprar nada, quando nos casamos, para comprar fogão, fogão à lenha, era só uma lata, [...] porque vinha tudo da Alemanha, do exterior”. Ela ainda apontou que havia dificuldade para comprar presentes apropriados no Natal: “A minha mãe, quando era Natal, ela ia para Novo Hamburgo comprar as coisas para nós, porque não vinha mais nada da Alemanha. Era tudo ruim e feio”. Outro entrevistado, o Sr. Alceu Feijó, que tinha em torno de 13 anos no início da década de 1940, relatou que seu avô recebia produtos como bicicleta e cachorro da Alemanha, inclusive “no Natal, os brinquedos vinham da Alemanha”.

Nesse cenário de neutralidade, também havia simpatizantes do líder alemão, incluindo o próprio governo federal, que apresentava afinidades com os modelos fascistas da Itália e da Alemanha (CAPELATO, 2003). Não somente com Hitler, pois havia, principalmente, admiração pela Alemanha. Conforme os relatos, inicialmente, essa admiração se voltava ao desempenho de Hitler como governante, devido à ascensão da Alemanha, destruída pela Primeira Guerra (1914-

---

<sup>6</sup> Essa frase foi título de um texto publicado no jornal *O 5 de Abril*, de 31 de janeiro de 1942, que trazia informações relacionadas ao rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo.

1918): “Hitler, do nada, que ele saiu, foi e criou uma Alemanha nova, que tinha sido destruída na Primeira Guerra. Destruíram a Alemanha, e o Hitler construiu, nos anos 38, 39, até começar a guerra” (FEIJÓ, 2018). Outra entrevistada, a Sra. Hildegard, também mencionou a simpatia de parcela da população pelas ações governamentais de Hitler, no entanto, indicou que não tinham conhecimento dos campos de concentração.

A interlocutora ressaltou que, no início, não tinham conhecimento dos horrores praticados pelo regime nazista. Entretanto, ela informou que seu tio era simpatizante do movimento nazista e, por esse motivo, foi preso na época. Também contou que conhecia uma senhora que utilizava o cumprimento tradicional nazista em São Leopoldo:

Quando ela vinha visitar essa minha tia avó, ela entrava e fazia o movimento: - *Heil Hitler*. Mas a tia dizia: - Mas eu não estou na Alemanha. Então, tinha pessoas que tinham aquele entusiasmo, mas nada de impressionar. Mas a maioria mesmo não participava desse movimento. E, pelo menos da minha família, ninguém se entusiasmou por isso, a não ser esse tio, que era alemão mesmo, mas nem a família dele, eu acho que não participavam das ideias dele (DIETZOLD, 2018).

Outra entrevistada, a Sra. Gertha, moradora de Ivoti, indicou que seu pai era admirador e, inclusive, tinha o apelido de Hitler, demonstrando que parcela da população possuía apreço por ele: “O pai disse uma vez, agora o Japão entrou na guerra, agora a Alemanha vai ganhar. Ele era todo do alemão. Mas ele não demonstrava isso. Ele até tinha o apelido de Hitler” (BÜHLER, 2018).

A maioria dos entrevistados, ao abordarem a Segunda Guerra, imediatamente associavam Hitler ao nazismo, porém não pelas atitudes inescrupulosas, mas pela estima de parcela da população da época, nos primeiros anos de governo. Entretanto, os entrevistados, ao que parece, não possuem nenhuma estima, pois reconhecem as atrocidades praticadas na guerra. Não apenas alemães e descendentes o admiravam, uma vez que, conforme uma entrevistada, havia brasileiros simpatizantes do nazismo: “porque aqui tinha muito pessoal alemão, mas às vezes nem tão alemão, mas eram fanáticos pelo Hitler” (PAZ, 2018). Devido à essa vinculação com a Alemanha e uma presença anterior do movimento nazista, parcela da população considerava os alemães e seus descendentes uma ameaça ao país. Assim, naquele período, “não só os nazistas, mas todos os alemães passaram a ser considerados inimigos da pátria” (CAPELATO, 2003, p. 132), principalmente, após o início dos ataques a embarcações brasileiras.

Os ataques sucederam o rompimento das relações diplomáticas ocorridas em janeiro de 1942<sup>7</sup>. Após o rompimento das relações diplomáticas, o governo estadual enviou um telegrama

---

<sup>7</sup> Nesse mês, realizou-se, no Rio de Janeiro, uma reunião entre os representantes dos países americanos em decorrência do ataque japonês à base estadunidense Pearl Harbor, no Havaí, em dezembro de 1941. Nesse encontro, a maioria dos países decidiu pela solidarização e por seguir o compromisso acordado em 1940, na Conferência Interamericana de Havana, ou seja, caso ocorresse alguma agressão a um país americano, ela seria vista como um ataque aos demais. A

relatando a ação e dando instruções para manter a ordem social, conforme consta no *O 5 de Abril*, de 31 de janeiro de 1942, na comunicação intitulada *Serão presos os que manifestarem simpatia pela causa do Eixo*:

Tendo o governo brasileiro rompido as relações diplomáticas e comerciais com o Japão, Alemanha e Itália, o Governo do Estado recomenda a população manter o mesmo espírito de ordem e perfeita disciplina com que vem até agora acompanhando o desenrolar da situação, certo de que ela manterá a mesma unidade de sentimentos e de pensamento que vem demonstrando desde a manifestação da nossa solidariedade aos Estados Unidos da América do Norte, quando da insólita agressão japonesa. Ainda que surjam situações mais graves a população não deverá adotar uma atitude agressiva para com os súditos das nações referidas residentes no Brasil, suas pessoas, seus bens e sua honra.

O governo solicitou ampla divulgação do comunicado, no qual se percebe a preocupação em manter a ordem, evitando agressões à população de imigrantes dos países do Eixo. Entretanto, posteriormente, a autoridade máxima do Estado, Cordeiro de Farias, participou de depredações contra essa população, contrariando as instruções iniciais de seu próprio governo<sup>8</sup>. O destaque ao título, nessa publicação, expressa a alteração da atitude do governo, que passou a reprimir qualquer manifestação favorável aos países do Eixo, passível de ser punida com a prisão. Ao mesmo tempo, as instruções do governo denotam orientações à população brasileira para não atuarem de forma negativa contra os súditos do Eixo. A justificativa para esse comportamento envolve questões econômicas e diplomáticas, pois a atitude agressiva poderia prejudicar a imagem do Brasil no exterior e repercutir negativamente na economia.

Além das instruções do governo, a polícia estadual também divulgou um comunicado na mesma data, porém direcionado à população imigrante e descendente<sup>9</sup>. Entre as normas, uma definia que os estrangeiros deveriam “comunicar à autoridade policial a sua residência dentro de quinze dias”. Aos estrangeiros também não era permitido viajar, de uma localidade para outra, sem salvo-conduto; reunir-se, ainda que em casas particulares, para comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, etc.); discutir ideias em lugar público sobre a situação internacional; mudar de residência sem prévia comunicação à Polícia; viajar sem licença especial da Polícia; entre outras proibições.

Intensificou-se a vigilância ao estrangeiro, de modo que foram proibidas celebrações particulares, as discussões sobre a guerra e o deslocamento do imigrante para outros locais. Desde 20 de junho de 1938, já era exigido o uso de salvo-conduto para todos que viajassem para o interior

---

ruptura ocorreria com a contrapartida dos Estados Unidos em fornecer armamentos para a defesa do território (CAPELATO, 2003).

<sup>8</sup> As manifestações ocorridas nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, quando aconteceu o “maior volume de violência física simultânea” no contexto de guerra e nacionalização, foram apoiadas pelo interventor do Estado, Cordeiro de Farias, que participou dos protestos do dia 18 de agosto. Além disso, não houve uma intervenção rápida da polícia sul-rio-grandense, apenas o Exército auxiliou na repressão aos atos de destruição no dia 19 de agosto (GERTZ, 2005, p. 174).

<sup>9</sup> A CHEFIA de polícia baixa instruções. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 4, 31 jan. 1942.

ou para fora do Estado<sup>10</sup>. A situação foi amenizada em 1944, quando foi autorizado, às delegacias do interior, conferir salvo-conduto aos naturais dos países do Eixo para irem a todas as localidades do país, porém a “zona do litoral, compreendida pelos municípios de Torres, Osório, São José do Norte, Rio Grande e Santa Vitória”, era exceção e estavam, assim, excluídas da autorização<sup>11</sup>.

O cerceamento da fala também foi intensificado<sup>12</sup>, pois foi proibido “usar idioma das mesmas potências em conversações em qualquer lugar público, incluindo cafés, bares, restaurantes, hotéis, cinemas, lojas, etc.”, conforme instruções do Chefe de Polícia, publicadas, no final de janeiro de 1942, no *Correio de São Leopoldo*. Ainda, foi proibida a distribuição de textos nesses idiomas, bem como cantar hinos desses países e exibir retratos de membros de seus governos. Além disso, seriam presos os que “ostensivamente, ou em lugar público, manifestassem simpatia pela causa das referidas potências”; seriam apreendidos “todos os livros e materiais de propaganda política”, de livrarias e de casas particulares; seriam interditadas emissoras de radioamadores e apreenderiam as que pertencessem a estrangeiros, bem como aviões pertencentes aos súditos do Eixo. A Polícia, em contrapartida, deveria “oferecer absoluta garantia à pessoa e aos bens dos súditos das potências do Eixo e não poderia permitir que a sua honra fosse ultrajada”. Os súditos do Eixo sofreram agressões a seus bens, e a polícia do Estado não agiu para interferir quando, em agosto de 1942, ocorreu o período mais violento.

Durante a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se a preocupação com regiões colonizadas identificadas como quistos étnicos, pois eram consideradas uma ameaça à segurança nacional, principalmente aquelas com imigrantes da Itália, da Alemanha e do Japão (GERALDO, 2007). Os dois últimos grupos eram vistos como os mais envolvidos com a nação de origem, o que poderia ocasionar um auxílio ao inimigo no caso de um ataque. Contudo, a partir dos ataques aos navios brasileiros, a situação de imigrantes e descendentes complicou-se, pois instaurou-se um ambiente ainda mais hostil a tudo ligado ao Eixo (GERTZ, 2005; SEYFERTH, 1999). Isso ocasionou reações agressivas e destruição de patrimônios, pois “manifestações de repúdio ao Eixo se espalharam por todo o país”, e “alemães e japoneses passaram a ser hostilizados pela população [...]” (CAPELATO, 2003, p. 135).

Após os primeiros ataques contra embarcações brasileiras, o governo federal decretou o confisco de bens dos imigrantes originários dos países do Eixo, como forma de reparação aos prejuízos causados por essas nações ao país. O Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942<sup>13</sup>,

---

<sup>10</sup> SALVO conduto. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 1, 25 jun. 1938.

<sup>11</sup> DOCUMENTO de viagem. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 1, 1 abr. 1944.

<sup>12</sup> Em agosto de 1939, foi criado o decreto-lei nº 1.545, que regulou a adaptação de brasileiros descendentes de estrangeiros á sociedade brasileira. Essa integração seria realizada por meio do uso e do ensino da língua nacional, da história do Brasil e da participação em instituições de caráter patriótico. No Artigo 15, proibiu-se o uso de língua estrangeira em espaços públicos.

<sup>13</sup> Após o fim da guerra, o Decreto-lei nº 7.723, de 10 de julho de 1945, suspendeu o confisco de bens, entretanto apenas para a população italiana residente no país.

estabeleceu que, além de os bens serem utilizados para pagamentos dos danos causados, uma parte dos depósitos bancários seria transferida para a União, para, posteriormente, pagar indenizações. Entretanto, a apreensão de bens já ocorria, principalmente se tivesse relação com a Alemanha, conforme o seguinte relato: “tudo que representava alemão, eles pegavam e às vezes tratavam mal as pessoas, levavam presos e soltavam” (FEIJÓ, 2018).

O Sr. Alceu também narrou que seu sogro, que “nasceu na viagem da Alemanha para cá”, teve a casa invadida por causa do rádio. Contou também que, muitas vezes, o objeto apreendido não tinha nenhuma funcionalidade legal como evidência para uma investigação, mesmo assim era confiscado: “os alemães, as pessoas eram sacrificadas de um jeito ou de outro, só o fato de entrar na tua casa e tirar as suas coisas já é uma violação [...]. Muitas residências sofreram invasão” (FEIJÓ, 2018).

Assim, a atuação da Campanha de Nacionalização adentrou o espaço privado, quando confiscavam bens pessoais ou modificavam os costumes praticados no ambiente familiar, como escutar o rádio. O entrevistado afirmou que aquele tipo de intervenção era um desrespeito e constrangia a parcela da população que teve sua casa ocupada por autoridades à procura de materiais subversivos. Essa percepção de “violação” pode ser explicada, pois o espaço privado deveria ser “um lugar protegido, onde a pressão do corpo social sobre o corpo individual é descartada” (DE CERTAU, 2000, p. 205).

As intervenções conduzidas pelas autoridades contra a parcela da população de imigrantes e descendentes, demonstra que o cotidiano foi modificado, não apenas pelo controle da fala. O discurso atribuído aos cidadãos imigrantes transformou-os em inimigos a serem combatidos, principalmente no contexto pós 1942, justificando ações de violência, tanto das autoridades policiais e governamentais quanto da sociedade civil. Os interlocutores aludem que pessoas foram desrespeitadas, com restrição ao direito de deslocamento, ao serem proibidas de falar o idioma alemão, ao terem suas residências invadidas e objetos confiscados. Nos jornais analisados, não constam diretamente tais informações, mas eles apresentam referências que demonstram, sobretudo após os ataques a embarcações brasileiras, que um ambiente hostil se difundiu na região.

Nas primeiras notícias sobre os ataques aos brasileiros<sup>14</sup>, o discurso girava em torno da agressão, apesar de ser uma forma de intimidação, e servia para unir os brasileiros, como no texto *Ultraje que dignifica*, publicado no *Correio de São Leopoldo*, em 21 de fevereiro de 1942:

A brutalidade da agressão não esmorece nosso ânimo combativo. Pelo contrário, o golpe nos eleva, nos fortalece, nos irmana, nos orgulha e nos concita à mobilização de todas as nossas reservas morais, para

---

<sup>14</sup> Uma empresa hamburguesa foi diretamente afetada pelos afundamentos, pois, conforme o jornal *O 5 de Abril*, de 21 de agosto de 1942, em um dos navios havia “máquinas destinadas a indústrias e calçados”, com “destino às praças, do Norte”.

uma luta árdua, que é a luta da liberdade contra a tirania sem espírito, contra a força apocalíptica dos Anti-Cristos marcados pelas cruces do paganismo.

O próprio título do texto jornalístico demonstra que, apesar de os afundamentos das embarcações brasileiras serem uma ofensa e afronta ao país, que não revidou à investida inimiga, tornaram-no honrado e digno, oportunizando ao Brasil se fortalecer como nação unida. Posteriormente, com a intensificação dos ataques, o discurso mudou, expressando a necessidade de uma atitude mais enérgica, no sentido de vingar o país. Também acentuou a campanha contra os traidores que estariam cooperando com o inimigo, atentando contra pátria ou o país que os acolheu.

Seguidamente, publicaram-se textos informando sobre os “traíçoeiros” quintas-colunas e como a sociedade deveria agir, vigiando e protegendo o Brasil da ameaça interna, responsabilizada por fornecer informações para os ataques às embarcações. Paralelamente, intensificou-se o clima de hostilidade, principalmente em agosto, quando iniciaram manifestações a favor da declaração de guerra à Alemanha, que ocorreu em 31 de agosto de 1942<sup>15</sup>.

A entrevistada Sra. Siria Guchs, que tinha em torno de dez anos de idade em 1942, explica que houve euforia e que comemorou a declaração de guerra. Ela descreveu que, para chegar à sua casa, no antigo distrito de Bom Jardim (atual Ivoti), era necessário descer um “morro” e lembrou que, um dia, ao voltar da escola, ela e mais uns colegas cantavam alegremente “Brasil declarou guerra contra a Alemanha e Itália”. Na sua avaliação, a brincadeira ocorreu, porque era criança e não compreendia o significado de um conflito armado e, tampouco, as consequências para a população no Brasil. De acordo com a interlocutora, familiares do seu marido enfrentaram dificuldades na época por serem imigrantes alemães: “meu sogro não foi preso, porque o meu marido, o filho dele, estava fardado, estava servindo, então os soldados não o prenderam, mas o avô do meu marido, botaram na cadeia, o velho Petry, mas soltaram ele de novo”.

Além de manifestações pacíficas, como a mencionada pela Sra. Siria, ocorreram demonstrações mais enérgicas contra os países do Eixo. A declaração de guerra do Brasil teve outras consequências, como a movimentação relacionada ao Exército, conforme explica a Sra. Hildegard Dietzold, de 94 anos:

[...] muitos daqui de São Leopoldo, foram se apresentar como voluntários. Naquele tempo, eu tinha um namorado, que era cadete em Porto Alegre, e assim que saiu a notícia, todos os rapazes que estavam na Escola Militar, de Porto Alegre, foram se apresentar. Enfim, tiveram mérito que foram logo se apresentar, nunca eles seriam convocados, porque não eram ainda militares. Mas aqui de São Leopoldo, mesmo dos jovens militares, um voltou sem uma perna, foi filho de São Leopoldo. Esse foi, qual é o nome dele? Blauth, Telmo Blauth<sup>16</sup>, parece que era o nome dele, esse era militar e foi combater na guerra.

<sup>15</sup> O Decreto-lei nº 10.358, de 31 de agosto de 1942, estabeleceu o estado de guerra em todo o território nacional.

<sup>16</sup> Conforme Sérgio Roberto Dillenburg (1996), o nome correto seria Iedo Blauth. Ele era natural de São Leopoldo, foi comandante da Terceira Companhia de Fuzileiros e participou da guerra na Itália, onde teve um pé amputado, devido a ferimentos em uma batalha.

A Sra. Gertha, que se casou durante o período da guerra, também mencionou o envio de militares e citou dois moradores de Ivoti que foram chamados ao Exército, “Max e o Hélio Johann”, porém eles não chegaram a combater, porque, ao chegarem no Rio de Janeiro, a guerra havia terminado. Ela também relatou que seu marido, que possuía um curtume que fornecia couros aos militares para fabricação de calçados, tinha receio de ser recrutado, porém isso não aconteceu.

Ao mesmo tempo em que ocorriam demonstrações de entusiasmo pelo envolvimento direto na guerra, parcela da população ficou apreensiva, principalmente pelo fato de ser convocada ou, até mesmo, por estar lutando contra pessoas com a mesma origem, além da incerteza do conflito e da violência. O envolvimento do Brasil em batalhas na guerra ocorreu, principalmente, na Itália. Em solo brasileiro, também ocorria um enfrentamento, pois, para parcela da população, foi-lhe imposta a posição de inimiga, traidora.

O fim da neutralidade brasileira representou a intensificação da nacionalização, visto que diversos direitos foram revogados e demonstrações de práticas culturais foram combatidas, em alguns casos, com violência. Também foi um período em que ocorreram demonstrações de patriotismo e de apoio às Forças Armadas, pois parte da população foi às ruas protestar contra as agressões ao Brasil. Ocorreram protestos de repúdio às nações do Eixo e, conseqüentemente, aos cidadãos que de ascendência alemã, transformando-os em supostos traidores do país.

### **Quinta-coluna: cavalo de troia brasileiro**

Com o advento do Estado Novo (1937-1945) e de sua política nacionalizante, os imigrantes e seus descendentes não abasileirados foram considerados inimigos da nação, por proferirem um idioma, uma cultura e uma identidade diferente da ideal, o que poderia representar um perigo à soberania do país, de acordo com algumas concepções do período. No contexto do rompimento das relações com os países do Eixo, a situação se agravou, e o discurso contra os traidores da pátria tornou-se cada vez mais frequente, principalmente a menção à figura do quinta-coluna. Quinta-coluna<sup>17</sup> era um termo pejorativo utilizado para insultar imigrantes e descendentes e para caracterizar qualquer pessoa que estivesse traindo o Brasil.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, o conceito se popularizou e passou a ser utilizado para designar os indivíduos que agiam sornateiramente espionando ou colaborando com o Eixo, no caso de invasão de algum território. No Brasil, uma das características do Estado Novo foi a

---

<sup>17</sup> O conceito de “quinta-coluna” é originário do contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). A criação do termo foi atribuída ao general espanhol Emilio Mola, que declarou, durante a conflagração, no cenário em que avançavam sobre a cidade de Madri quatro colunas de rebeldes contrários ao governo republicano. Haveria uma quinta coluna, “integrada por civis partidários do golpe militar, prestes a realizar atos de sabotagem que facilitariam a entrada das tropas franquistas” (BUADES, 2013, p. 135).

utilização de “termos especiais para designar novas situações, como os possíveis conspiradores ou elementos suspeitos”, assim “os alemães e seus descendentes, suspeitos de traição, eram chamados de Quinta-Coluna” (NEUMANN, 2003, p. 141). Tal termo passou a ser recorrente nas publicações analisadas, sobretudo no ano de 1942, quando foi empregado sempre vinculado à espionagem e/ou à traição.

Os quintas-colunas eram traidores da pátria brasileira, podendo ser estrangeiros ou brasileiros simpáticos a algum dos países do Eixo, e, por isso, teriam procurado subverter a população local a partir de atitudes que punham em risco a liberdade e a soberania do país. Nesse contexto, também se constrói o papel do brasileiro que se torna um aliado do governo no combate ao inimigo.

Havia um órgão público<sup>18</sup> criado para combater esse “inimigo”: o *Serviço de Prevenção Contra a Quinta-Coluna*. A reportagem *Como identificar os “Quinta Colunistas”*, publicada em 07 de fevereiro de 1942, no *Correio de São Leopoldo*, trazia dez aspectos a serem observados para identificar um quinta-coluna, publicados originalmente na *Revista Diretrizes*, do Rio de Janeiro. O reconhecimento seria possível através da observação, principalmente das opiniões expressas. Assim, o “fiel brasileiro” deveria estar atento e vigilante às atitudes e aos discursos dos demais. As circunstâncias da época da publicação influenciaram diretamente esse discurso, pois, em fevereiro de 1942, o Brasil recém havia rompido relações diplomáticas com o Eixo.

O contexto da guerra e o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos é perceptível, por exemplo, na recomendação inicial daquela reportagem, segundo a qual um quinta-colunista se oporia ao posicionamento do Brasil ao lado dos EUA: “Se alguém lhe disser: ‘Não desejo combater pelos Estados Unidos; nós brasileiros, não temos nada que ver com esta guerra’, esse indivíduo é um ‘quinta-coluna’”.

Outro fator apontado foi o idioma, um dos aspectos mais discutidos e importantes para a nacionalização. Assim, no segundo argumento, foi apresentada essa questão, sendo que o quinta-coluna não aceitaria a proibição do uso de língua estrangeira, não sendo, portanto, um verdadeiro brasileiro por pensar dessa forma errônea: “Coisa muito diferente é não quererem certos estrangeiros que os filhos aprendam nosso idioma. Pior ainda é haver brasileiros que achem isso natural. É que esses brasileiros não são bem brasileiros, já estão se tornando novos ‘Quislings’<sup>19</sup> a serviço da ‘quinta-coluna’”.

---

<sup>18</sup> Conforme Marlene Fáveri (2002), originalmente, foi um panfleto produzido pela polícia e, em sua tese, consta o texto completo atribuído ao *Serviço de Prevenção Contra a Quinta-Coluna*.

<sup>19</sup> É uma referência à palavra *quisling*, de origem norueguesa, utilizada como sinônimo de “traidor da pátria”. Ela se originou devido a um militar norueguês chamado Vidkun Quisling, que colaborou com a Alemanha, para a ocupação da Noruega durante a Segunda Guerra Mundial (FARAGO, 2018).

Havia também a preocupação com os meios de comunicação que deveriam ser averiguados, pois as publicações e os programas de rádio poderiam servir para a propagação das ideias inimigas. Desse modo, deveriam ser observados, nos periódicos com anúncios de empresas alemãs que estavam na “lista negra”<sup>20</sup>, eventuais textos sobre nacionalismo e patriotismo, pois “[...] essa espécie de nacionalismo é um nacionalismo suspeito, porque é mentiroso e ligado ao Eixo [...]. Tais jornalecos e revistecas são a quinta essência do quinta-colunismo em letra de forma”. Nessa perspectiva, essas publicações, por apoiarem estabelecimentos alemães, disfarçariam seu apoio discursando sobre a brasilidade e a pátria. As estações de rádio também deveriam ser vigiadas, pois poderiam disseminar a propaganda inimiga: “VII – Quando uma estação de rádio começar o seu ‘*broadcasting*’ dando telegramas de Roma, Berlim ou Tóquio, com as iniciais ‘T. O.’. D/N/B., ‘S’ ou ‘D’, estará dando a palavra de ordem do Eixo para os ‘quinta-colunistas’. Esses programas só podem ter uma denominação: a voz da quinta coluna”.

Durante a guerra, procurava-se confiscar os aparelhos de rádio pertencentes à população de origem alemã. Havia a concepção de que “possuir um aparelho de rádio por si só transformava o estrangeiro/naturalizado/descendente em um possível ‘quinta-coluna’, que se comunicava ou ouvia a Itália e/ou a Alemanha” (FÁVERI, 2002, p. 263). Diversos entrevistados mencionaram o confisco de rádios e o hábito de escutar notícias da Alemanha por meio dos “*telefunken*”, mas com o volume muito baixo, para tentar ocultar o som da transmissão. Um deles, o Sr. Florêncio, descreveu a situação que seu tio enfrentou por acreditarem que possuía um transmissor de rádio:

Meu tio teve um dia a visita do exército, da polícia, etc. E prenderam ele, porque tinha um rádio transmissor. - “Mas eu não tenho um rádio transmissor”. [Referindo-se ao diálogo que o tio teve com a autoridade policial]. Meu tio esse se criou em Taquari, ele se criou no meio dos campeiros, ele não tinha nada de alemão, até adotou muito essa parte da cultura gaúcha. - “Não, mas não tenho nada”. - “Não, não, mas o senhor tem um transmissor de rádio [...] descobriram que, em certos horários, ali, na região, emitia uma série de radiofrequência. Vasculharam a casa, viraram de cima para baixo, não acharam. Até que descobriram que o motor do poço tinha um mau contato e irradiava (FLORÊNCIO, 2018).

Era habitual na época, para várias famílias, sintonizar estações de rádio para escutar notícias da Alemanha, e/ou sobre o cenário da guerra. Assim, outra entrevistada mencionou uma situação que vai contra o panorama de repressão ao rádio realizada pelas autoridades. A Sra. Siria Guchs, que morava no distrito de Bom Jardim, relatou que seu pai escutava rádio com a permissão da autoridade local, mas com uma condição, já que “morávamos do lado da subprefeitura e o subprefeito dizia para o meu pai: ‘o senhor pode escutar, mas bem quietinho para ninguém saber’” (GUCHS, 2018).

---

<sup>20</sup> As empresas Energia Elétrica Hamburguesa e Electro Aços Plangg foram incluídas, em 1942, na “Lista Negra, por suspeita de quinta colunismo”, conforme menção na edição de 12 de novembro de 1943, do *O 5 de Abril*. Contudo, em novembro de 1943, foram “excluídas da mesma”.

Nesse caso, a permissão para escutar rádio ocorreu pela proximidade com o subprefeito, mas, na maioria das vezes, as pessoas eram coibidas de escutar, conforme outro relato: “começaram a dar plantão nas casas dos ricos, os magnatas, nos casarões bonitos que ainda têm na cidade. Se ouviam o rádio sintonizado na Alemanha, eles entravam e revistavam toda a casa” (FEIJÓ, 2018). Muitos possuíam o hábito de escutar rádio, mas, naquele período, por precaução, baixavam o volume, conforme a Sra. Gertha Bühler, de 92 anos: “Nós tínhamos um rádio antigamente, um *telefunken*. Nós morávamos na Nova Vila, daí o meu pai sempre escutava notícias da Alemanha de noite, ele colocava bem baixinho. Sempre me lembro disso, o Hitler sempre dizia: *Deutschland wird kämpfen und gewinnen* - A Alemanha luta e vai vencer a guerra”.

O rádio era um importante meio de comunicação da época e, em virtude de alcançar transmissões estrangeiras, tornou-se alvo da polícia. Consequentemente, o sétimo ponto do manual de instruções que alude aos aparelhos de rádio demonstrava que havia a ideia de que o quinta-colunismo estaria presente em todas as áreas de convivência no Brasil.

Não foram localizadas informações sobre quando se passou a utilizar o termo quinta-coluna no Brasil, mas o texto *Como identificar os “Quinta colonistas”* foi o primeiro a ser publicado nos periódicos analisados. Após essa edição, o termo passou a ser recorrente, criando-se, assim, uma campanha contra esse suposto mal. Era, pois, papel de cada brasileiro estar atento e vigilante, para reconhecer e denunciar os indivíduos traidores do Brasil. À população brasileira cabia, portanto, vigiar e identificar o movimento: “Sejamos, cada um de nós, meus patrícios, um detetive, trabalhando sem violências, inteligentemente, no combate ao quinta-colunismo infiltrado dentro da nossa Pátria. [...] Com os governos, cada um brasileiro vigilante, nesta hora, significa muita cousa, em defesa da família e da Pátria Brasileira”<sup>21</sup>.

Na maioria dos textos, usava-se a primeira pessoa do plural como forma de incluir o leitor no discurso, tornando-o responsável por combater essa atividade inimiga. Os textos jornalísticos defendiam que o “verdadeiro brasileiro” auxiliaria sua pátria a impedir a expansão desse movimento. Os meios de comunicação tornaram-se, nesse sentido, importantes aliados do governo para transmitir a informação, educando a população sobre o inimigo. Dessa forma, percebe-se, nos textos analisados, a tentativa de aproximar o cidadão comum do Estado brasileiro, integrando-o ao país, criando um sentimento de pertencimento e consolidando uma identidade na qual o brasileiro fala português, ama sua pátria e, por isso, ficava vigilante e pronto para defendê-la.

No contexto do conflito mundial, a atuação do movimento de quinta-coluna era considerada uma nova tática de guerra que afligia diversos países. Muitas publicações incitavam a população a lutar contra a quinta-coluna e, assim, defender o Brasil. A reportagem *Cavalos de*

---

<sup>21</sup> PRISIONEIRO de Guerra. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 3, 14 mar. 1942.

*Tróia*<sup>22</sup>, publicada no jornal *O 5 de Abril*, em 20 de março de 1942, transcrita do *Jornal O Estado*, fazia alusão à lenda grega do Cavalo de Troia, em que um grande cavalo de madeira cheio de guerrilheiros foi utilizado pelos gregos como estratégia para vencer a guerra contra os troianos, relacionada às estratégias da quinta-coluna, cujos integrantes estariam, assim, disseminados na população agindo traiçoeiramente. O texto relata a ação do governo estadual sul-rio-grandense que vinha agindo contra a infiltração nazista e a espionagem. Nesse sentido, a quinta-coluna era vista como uma arma, uma estratégia de guerra, ideia representada em alguns textos que indicavam a forma de atuação desse movimento, por meio de uma “guerra invisível”:

De acordo com a concepção alemã de guerra existe uma nova forma de guerra, a guerra invisível. Só assim poderiam ser atendidos pelo estado maior alemão os gigantescos planos imperialistas com os efetivos disponíveis num ‘*front*’ tão complexo. Os economistas e técnicos em espionagem disfarçados em turistas e professores espalhados por todos os pontos vitais das regiões cobiçadas pelo expansionismo nazista, se encarregariam de cumprir a missão facilitando a conquista.<sup>23</sup>

O movimento de quinta-coluna foi utilizado pela Alemanha em diversos países, conforme as reportagens da época, não sendo um problema exclusivo do Brasil. O que também explicaria o sucesso do exército alemão em conquistar rapidamente os territórios europeus: “Em primeiro lugar temos a criação da “*blitz krieg*” por parte da Alemanha. Um método assombroso na arte da guerra que lhe trouxe inúmeras e rápidas vitórias. (Se bem que em terreno ‘lavrado’ pela quinta-coluna)”<sup>24</sup>. Os textos procuravam alertar o Brasil sobre a ação do movimento quinta-colunista, tendo outros países como exemplo, para tentar evitar que tal ação ocorresse em território nacional.

Entretanto, os quinta-colunistas estariam agindo no país, ideia que se propagou principalmente após o ataque às embarcações brasileiras. Naquele contexto, os quintas-colunas foram acusados de fornecer informações aos submarinos alemães para atacar as embarcações. Dessa forma, fazia-se necessária, novamente, a vigilância do brasileiro para, paralelamente ao esforço das autoridades, combater a quinta-coluna. O trabalho das autoridades brasileiras para dismantelar grupos que estariam traindo o Brasil também fica visível, assim como a propagação da eficiência do Estado, como exposto na reportagem *Em contínuo sentido de alerta*, publicado no jornal *O 5 de Abril*, em 17 de julho de 1942:

Diversos núcleos de indesejáveis que agiam a serviço de potências estrangeiras foram dissolvidos e seus componentes encontraram-se presos. As nossas autoridades têm conseguido dismantelar os planos dos inimigos da segurança nacional e inutilizar um trabalho nefasto que vinha sendo levado a efeito, tenaz e metodicamente, por inúmeros agentes do totalitarismo imperialista. Muitos destes agentes eram estrangeiros tecnicamente treinados para a obra diabólica que lhes foi confiada. Entre esses indesejáveis, entretanto, prestando de auxílio valioso, foram encontrados vários brasileiros.

---

<sup>22</sup> CAVALOS de Tróia. **O 5 de Abril**, Novo Hamburgo, p. 4, 20 mar. 1942.

<sup>23</sup> A 5ª COLUNA. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 28 mar. 1942.

<sup>24</sup> HITLER e Cia. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 2, 21 mar. 1942.

O Estado do Rio Grande do Sul era visto como um local de grande atividade dos quinta-colunistas, devido à presença massiva de imigrantes. Logo, os súditos do Eixo, junto com os traidores da brasilidade, estariam auxiliando a Alemanha para uma futura anexação do território. O pensamento sobre o “perigo alemão”, a ideia imperialista da Alemanha também era recorrente em diversos textos. Havia a concepção de que a Alemanha buscava unir todos os alemães em um “Grande Reich”, incluindo a população que estava no Brasil: “[...] a anexação das populações tidas por alemães: os austríacos, os sudetos da Checoslováquia, da Polônia e, logo que possível, as regiões habitadas pelas chamadas minorias alemãs do Brasil, isto é, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina”<sup>25</sup>.

O chefe de polícia do Rio Grande do Sul, o Ten. Cel. Aurélio da Silva Py, era destacado representante do combate ao movimento quinta-colunista. Ele lançou um livro, em março de 1942, sobre o assunto, em que eram “citados nominalmente todos os envolvidos na quinta-coluna, enumerando suas ligações, denunciando seus processos, desmascarando-os completamente [...]”<sup>26</sup>. Essa obra, conforme os jornais, foi aguardada e teve grande receptividade da população sul-riograndense<sup>27</sup>.

O texto *Traição*, do *Correio de São Leopoldo*, publicado em 4 de abril de 1942, informa que no Morro do Espelho, na cidade de São Leopoldo havia uma escola que ensinava a alunos a cultura nazista, para que, posteriormente, auxiliassem no conquistar do Brasil, formando, assim, quintas-colunas:

Ali, naquele prédio, com ares de educandário, se processava a cultura germânica, os ensinamentos nazis, a educação nazista para os brasileiros, filhos de alemães que para lá fossem enviados. E, depois... a traição da Pátria, o assalto ao poder, e por fim, a entrega do nosso território ao chefe supremo de sua raça – Adolf Hitler!

Não somente no periódico local havia ampla divulgação sobre quinta-coluna, mas também em São Leopoldo, onde ocorreu um evento promovendo esclarecimentos sobre o assunto. O comício foi organizado pela Liga de Defesa Nacional e realizado em 21 de março de 1942, na Praça João Pessoa, em frente à prefeitura municipal, entre outros assuntos, orientou a população quanto a essa ameaça. Os quintas-colunas foram chamados de minhocas: “indubitavelmente, esses mesmos brasileiros, que abandonaram seus lares para assistir o comício, ficaram cientes das maquiavélicas e hediondas ideias de seres inferiores que foram taxados de “MINHOCAS”, foram instruídos para distinguirem e desmascararem esses infectos e insidiosos bandoleiros do vandalismo!”<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> ALERTEMOS contra a barbárie. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 1, 4 abr. 1942.

<sup>26</sup> A 5ª coluna no Brasil. *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, p. 4, 27 mar. 1942.

<sup>27</sup> TRAIÇÃO. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 3, 4 abr. 1942.

<sup>28</sup> LUZ, Martins Alves da. Minhocas. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 4, 4 abr. 1942.

Na mesma data, após as primeiras embarcações serem afundadas por submarinos alemães, em 1942, houve um “apelo da Liga de Defesa Nacional ao povo do Rio Grande”, publicado no jornal local, para que “todos os rio-grandenses” realizassem “severa vigilância dos elementos quinta-colunistas”<sup>29</sup>. Isso mostra a ideia de que os causadores dos incidentes teriam recebido auxílio dos quintas-colunas. Conseqüentemente, a ampla divulgação desse inimigo refletiu no cotidiano da população. O termo se tornou insulto, como indicou o Sr. Alceu: “Quinta coluna era um termo pejorativo, na época”. A Sra. Lia Paz, de 92 anos, informou que nunca foi chamada por esse termo, pois, a princípio, não andava sozinha, mas reconhece que havia pessoas que utilizam a provocação durante a guerra.

O insulto, conforme complementou a Sra. Lia, também era utilizado por autoridades policiais que maltratavam a população de origem alemã, pois “ficaram contra tudo que era alemão. Então, tudo que era alemão era quinta coluna. E eram maltratadas”. A Sra. Hildegard também relatou que o termo era usado pejorativamente e que os jovens o empregavam para afrontar as pessoas consideradas alemãs.

O tom ofensivo do termo foi exemplificado pelo Sr. Alceu, que relatou a utilização do termo por seu irmão, para provocar uma mulher, a qual revidou energicamente ao insulto. Contudo, houve um final feliz para a situação:

Eu era jovem, gurizão. Eu vivia como todo o resto, morava em Hamburgo Velho e todos os dias, pelas 10/11 horas, tinha uma guriuzinha que passava na frente da nossa casa. Na rua, para levar uma vianda de comida, para uma irmã que recém tinha casado e morava na esquina, em Hamburgo Velho. Estávamos na frente da nossa casa, eu e mais outros dois irmãos, e veio a guriuzinha. Meu irmão mais moço, disse: “lá vai a quinta coluna”. Ela parou, olhou, se abaixou e juntou uma pedra e atirou. Acertou aqui, na minha cabeça. Não sei se aquilo me despertou, passei a pressionar, pedir onde é que ela estava, para as outras gurias. Terminei casando com ela. Para tu ver como era a coisa. Meu irmão mais moço dizia “lá vai a quinta-coluna”. Quinta-coluna era o alemão, que mandava coisa para a Alemanha. E ela parou, se ofendeu, pegou uma pedra e atirou. Por aí, vêes como é que era o clima, era uma coisa diferente.

Nessa interlocução, percebe-se o tom ofensivo da palavra quinta-coluna, embora, nesse caso, se destaque o fato de que quem utilizou o vocábulo também era descendente de alemães, porém, por ter também ascendência lusa, não se identificava como teuto-brasileiro. A pessoa usou, assim, o termo pejorativo para provocar outra pessoa considerada por ele alemã. O surgimento do conceito pode ser explicado pelo contexto nacional e internacional, tornando inimigo tudo que possuísse vinculação com os países do Eixo, principalmente após o conflito afetar diretamente o Brasil.

O emprego do termo quinta-coluna se explica nesse quadro de conflitos no qual se constituem o brasileiro e o traidor. Ao brasileiro cabia tornar-se responsável pela soberania da

---

<sup>29</sup> UM APELO da Liga de Defesa Nacional ao povo do Rio Grande. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 4, 21 mar. 1942.

pátria e, por isso, deveria estar vigilante no combate ao inimigo presente no território nacional. A união da nação em torno do problema justificava a repressão e desviava a percepção dos brasileiros de outros problemas internos que o país enfrentava, como não democracia, ocasionada pelo governo ditatorial.

### **Comício monstro e decapitação do colono: os protestos no Vale**

No Vale do Rio dos Sinos, assim como em outras partes do país, em 1942, sucederam-se reações em decorrência do ataque às embarcações brasileiras, que foram afundadas. As manifestações mais relevantes da região ocorreram em São Leopoldo, com a depredação do Monumento ao Imigrante. Em Novo Hamburgo, houve grande reunião de pessoas que discursaram em torno do assunto. Em outras cidades, como Porto Alegre, também ocorreram depredações e comícios fervorosos.

Diversas manifestações públicas de apoio ao governo, devido ao rompimento das relações diplomáticas, ao afundamento de embarcações e, posteriormente, à declaração de guerra, ocorreram na região. Um dos episódios mais representativos dos eventos relacionados à guerra, ocorrido em 12 de março de 1942, foi a depredação do Monumento ao Imigrante, em São Leopoldo. A hostilidade foi mencionada por três entrevistados. O Sr. Alceu relatou que, em decorrência da guerra, pela associação feita com a Alemanha, o Monumento ao Imigrante foi atirado no rio. A Sra. Hildegard, de 94 anos, presenciou o desfecho da manifestação, quando, com marretadas, retiraram a cabeça do colono:

Aqui na nossa praça, na praça do Imigrante, que é lá perto do rio, tem um monumento. Até hoje tem o colono apoiado, assim lá, no seu bastão, que pode ser um colono, pode ser um viajante, enfim. Naquela noite que foi proclamada a guerra, o pessoal começou a falar: “vamos lá na praça que vai ter barulho, estão ameaçando derrubar o monumento”. A gente, quando era jovem, tinha mais coragem de ir para essas coisas [...]. Eu sei que a praça ficou cheia de gente e nós ficamos na esquina, que era um clube, o Rio-grandense, que ficava um pouquinho do outro lado da Praça. [...] Quando nós chegamos, ouvimos o barulho de marretadas, porque o colono era feito de pedra grés. Eles estavam marretando a estátua. Primeiro tiraram a cabeça e fizeram não sei quantos pedaços [...]. Mas foi uma coisa que me impressionou, porque tu não ouvias um piu. Só ouvias aquelas marretadas. Era uma coisa que te doía. Era tétrico. Eu fiquei com medo, digo: “meu Deus, se agora alguém se revolta aqui, o que que vai ser?”. Mas o pessoal estava em um silêncio de morte, não se ouvia nada. Pegaram os pedaços da estátua e jogaram no rio. Bom, aí eu não me lembro, porque o que grava mesmo, o que impressiona naquela hora, e aquilo me impressionou, aquele silêncio e as marretadas [...]. Nunca esqueci aquela noite<sup>30</sup>.

Nas memórias da senhora Hildegard e na de outros entrevistados, o sentimento do medo e o clima de hostilidade e de insegurança são recorrentes. Nesse sentido, é importante trazer o apontamento de Michael Pollak (1989, p. 11) relacionado às memórias e aos sentimentos, pois “nas lembranças mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são [...] de ordem sensorial: o barulho, os

---

<sup>30</sup> Na sua narrativa, a Sra. Hildegard indicou que o fato ocorreu à noite, porém Roswithia Weber (2004) apura que a depredação possivelmente ocorreu durante o dia.

cheiros, as cores”. Dessa forma, a emoção sentida no período marcou a memória dos entrevistados, auxiliando na constituição desta. O silêncio que ecoava na multidão reunida na praça foi interrompido apenas pelo som das marretadas.

Essa interlocutora não participou diretamente do incidente, acompanhou de longe, mesmo assim ela descreveu o clima e o sentimento de medo. Ela explicou que, após a declaração de guerra, ocorreu o evento, porém a declaração de guerra ocorreria apenas em agosto. Contudo, sua menção pode referir-se ao envolvimento na guerra devido ao ataque às embarcações. No relato também foi relevante que, apesar da destruição, havia uma ordem. Ela relatou o receio de que ocorresse algo mais grave, possivelmente devido às reações mais enérgicas ocorridas na capital do Estado. A destruição ocorreu em um momento tenso e de revolta, sob a justificativa do ataque sofrido, e o monumento foi depredado devido à sua representação e à vinculação com a cultura alemã. A Sra. Lia comentou que a depredação ocorreu, porque o monumento era um símbolo vinculado à Alemanha e a seus imigrantes. A intenção era remover o colono, pois simbolizaria o “alemão”.

Conforme Roswithia Weber (2004; 2016), em decorrência do afundamento do navio Cairú, em um protesto, a população de São Leopoldo danificou o monumento, localizado na Praça Centenário. Inicialmente, retiraram a inscrição em alemão “*DEN VÄTERN ZUM GEDÄCHTNIS*” (“Em memória de nossos antepassados”), posteriormente, decapitaram a estátua e a jogaram no rio<sup>31</sup>. A historiadora ressalta que, tanto a praça quanto o monumento, foram construídos no contexto das comemorações dos cem anos da imigração alemã no município, ocorridas em 1924. Assim, “o colono representado no monumento expressava a não aceitação da nacionalidade brasileira, e a atitude da depredação era justificada em defesa do Brasil” (WEBER, 2016, p. 10).

O jornal leopoldense não publicou grandes referências sobre o incidente. Ao descrever um discurso realizado em um comício, indicou que “a população de S. Leopoldo já iniciou o saneamento de sua cidade”, pois “fez cair por terra, um monumento sem expressão”, e a Liga de Defesa Nacional propôs construir, no lugar do monumento destruído, uma efígie do “marujo nacional”<sup>32</sup>. Além disso, ao noticiar as retaliações que estavam acontecendo no Brasil, relatou o ocorrido na praça: “Em São Leopoldo verificou se também manifestações hostis ao eixo, tendo sido retirada do monumento sito à Praça Centenário e que assinala o centenário de fundação do município a estátua que representava o colono alemão”<sup>33</sup>.

A depredação do monumento não foi um fato isolado de São Leopoldo. Em diversas regiões, ocorreram destruições de patrimônio pertencente à população de origem dos países do

---

<sup>31</sup> Weber (2016) salienta que apenas parte do monumento foi destruído, pois ele era composto por quatro lados, cada um representando uma personalidade diferente (D. Pedro I e Imperatriz Leopoldina, Visconde de São Leopoldo, João Daniel Hillebrand e um colono simbólico), assim apenas as inscrições em alemão e o colono foram os alvos das depredações.

<sup>32</sup> A ALMA brasileira de São Leopoldo... **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 28 mar. 1942.

<sup>33</sup> SÃO Leopoldo protesta pelo afundamento... **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 21 mar. 1942.

Eixo, o que voltaria a ocorrer em agosto daquele ano. A Sra. Hildegard recordou os acontecimentos ocorridos:

Em Porto Alegre, entraram nas lojas, depredaram tudo, quebraram vidraças e vitrines. Em Porto Alegre, foi triste. O pessoal teve muito prejuízo, todos os comércios que tinham nome em alemão, e era a maioria. Esses grandes magazines, as lojas, enfim. E nós aqui não tivemos nada disso, graças ao prefeito, Theodomiro Porto da Fonseca. Ele, quando soube que estavam começando a depredar em Porto Alegre, ele foi para o quartel, pegou os militares, eles distribuíram as tropas pela cidade toda. Ele era um homem de muito carisma, muito prestígio. Ele foi o prefeito durante 14 anos. Então, ele tinha assim uma força de impor, mesmo com os militares. Não houve nenhum prejuízo. Ninguém se manifestou. Porque ele conhecia o povo dele: “eu conheço meu povo, não merece isso, eu conheço a minha cidade”. Porque ele era muito apoiado, sempre foi um bom prefeito. Não havia essa coisa de discriminação.

Assim, a entrevistada explicou que, em São Leopoldo, não ocorreram depredações, principalmente em virtude da atuação do prefeito, que, juntamente com o Exército, teria evitado incidentes maiores na cidade. Mencionou que houve uma tentativa de destruição, porém o prefeito interveio:

Quando foi proclamada a guerra [...], então eles tiveram a notícia que vinha uma multidão de trem para invadir o Colégio Sinodal e levar os professores e fazer depredação. Tinha os alunos lá dentro, os professores eram responsáveis por esses internos. Isso era para acontecer de noite. E alguém chamou o prefeito Theodomiro Porto da Fonseca, mas ele não teve dúvida. Foi para o quartel e o comandante mandou uma tropa interditar o trem. Mas eles não chegaram a vir.

O Colégio Sinodal localizava-se no Morro do Espelho e, conforme apontado, era associado ao nazismo. Conforme o relato, não chegou a ocorrer nenhuma depredação em São Leopoldo. Entretanto, no contexto das manifestações contra o Eixo, com depredações de comércios e de indústrias, houve uma indicação de danos a uma residência na cidade, pois, durante duas semanas consecutivas (21/03/42 e 28/03/42), Paulo Obermeyer publicou uma declaração, manifestando não possuir vínculo com o nazismo: “Em referência às frases pixadas na parede da minha casa como AGENTE NAZI E AGENTE DA GESTAPO, declaro publicamente que a minha ficha de estrangeiro está limpa, e que no arquivo da Polícia não existem provas que pudessem culpar-me de tais acusações”<sup>34</sup>.

Não foi possível confirmar se realmente ocorreram grandes depredações em São Leopoldo. Sabe-se que uma propriedade foi avariada e que outros incidentes ocorreram, mas não foram divulgados. Em Novo Hamburgo, ocorreram alguns incidentes, conforme a narrativa de um dos entrevistados, que morava na cidade, porém não na mesma proporção dos que estavam ocorrendo na capital sul-rio-grandense: “Em Porto Alegre, depredaram a loja Rubber. Na época, eu estudava em Porto Alegre. A Renner, a Brummer e tinha outras, negócios fortes. Mas foram destruídas, botaram fogo e depredaram. Aqui em Novo Hamburgo, depredaram sim, violentamente, não” (FEIJÓ, 2018).

---

<sup>34</sup> OBERMEYER, Paulo. Declaração. *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, p. 2, 21 mar. 1942.

Não se localizou nenhum relato de incidentes, mas, em uma edição de abril do jornal hamburguense, constava, em destaque na capa, como manchete, uma frase atribuída a Cordeiro de Farias (governante sul-rio-grandense), visando diretamente a “alertar o povo contra explorações de elementos subversivos, interessados em lançar confusão no sentido da desintegração da nacionalidade”. O interventor federal declarou que “não devemos hostilizar os elementos alemães ou italianos que aqui honestamente trabalham ajudando-nos a construir a grandeza material de nossa Pátria, não dando quartel, entretanto, aos agitadores de qualquer origem a soldo de ideologias extremistas”<sup>35</sup>.

Ao interpretar o enunciado, buscando saber as motivações para tal publicação, pode-se pensar que foi em decorrência dos impasses com essa população. Entretanto, em outras notícias, o mesmo jornal indicou que outras manifestações ocorreram sem incidentes, como no comício realizado na sede da Liga de Defesa Nacional, em Novo Hamburgo, motivadas pela destruição das embarcações, que, apesar da grande quantidade de pessoas e da chuva forte, ocorreu de forma pacífica<sup>36</sup>.

Os comícios foram recorrentes durante o ano de 1942, na região. No contexto dos primeiros afundamentos de embarcações, um grande comício ocorreu em São Leopoldo, a partir do convite da Liga de Defesa Nacional da cidade, no dia 21 de março, em frente à prefeitura, na praça João Pessoa: “integrado no sentimento de revolta provocado pelos brutais atentados à soberania Nacional praticado pelos nossos inimigos do eixo, convida o povo desta cidade a comparecer ao comício protesto”. Além, disso, a “Diretoria do Núcleo local [...] apela para os sentimentos patrióticos do povo leopoldenses, a fim de que seja esta reunião a expressão máxima e firme do seu verdadeiro espírito de brasilidade no desagravo de nossa Bandeira [...]”, recomendando “a maior calma e prudência por parte da assistência afim de evitar desautorizados excessos”<sup>37</sup>.

Esse comício<sup>38</sup>, além de ampla divulgação, obteve apoio do comércio e das indústrias que fecharam para poder acompanhar o evento. Também foram colocados cartazes “como uma advertência a todos os quinta-colunistas locais”, que apresentavam frases como: “Ama com fê e orgulho a terra em que nasceste”; “Resguardemos o Brasil dos traidores que não aceitam a sua nacionalidade”; “Quem nasce no Brasil é Brasileiro ou Traidor”; “O Brasil deposita sua fé e a sua esperança no Chefe da Nação”; “O Quinta Coluna é um Traidor da Pátria”; e “Quinta Coluna é todo simpatizante do Eixo”.

Diversas pessoas discursaram e afirmaram apoio ao presidente Getúlio Vargas, indicando que ele era um exemplo e que estava solucionando os problemas do Brasil. Também houve apoio

---

<sup>35</sup> NÃO DEVEMOS hostilizar... **O 5 de Abril**, Novo Hamburgo, p. 1, 24 abr. 1942.

<sup>36</sup> COMÍCIO em Regosijo. **O 5 de Abril**, Novo Hamburgo, p. 1, 5 jun. 1942.

<sup>37</sup> VIVA o Brasil. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 21 mar. 1942.

<sup>38</sup> A ALMA brasileira de São Leopoldo... **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 28 mar. 1942.

à “atitude viril de homem livre, do nosso prefeito Cel. Teodomiro Porto da Fonseca, nosso Presidente de Honra, que, num gesto altamente significativo, devolveu ao governo do reich uma condecoração alemã [...]”. Defenderam a substituição do monumento e, sobretudo, colocaram a população em alerta, pois “cabe a todo brasileiro que ama a sua Pátria, combater esse inimigo interno, que é o 5ª coluna. Vigiano-o e denunciando-o, as autoridades competentes”. Além disso, manifestaram que a população deveria ter atitude pacífica, retornando para casa “em ordem e sem distúrbios”, pois “somos um povo civilizado e não cometemos vandalismos”.

A Liga de Defesa Nacional de São Leopoldo ainda organizou cerimônias religiosas em homenagem aos mortos nos ataques. Em março de 1942, uma “missa em sufrágio das almas dos marujos brasileiros” foi realizada na Igreja Matriz, sendo que o “espaçoso templo, literalmente cheio pela grande massa de povo” teve o Coro do Seminário Maior e a Banda do 8º B. C<sup>39</sup>. Outra missa ocorreu em agosto com a presença de diversas autoridades e grande quantidade de pessoas<sup>40</sup>.

Essas passagens demonstram que a população protestou amplamente contra os ataques sofridos, além do trabalho realizado pela Liga de Defesa Nacional, que, em seus discursos, propagava a brasilidade, o senso de obrigação do cidadão para com a pátria e o papel que deveria desempenhar, ainda evidenciando o inimigo presente, o quinta-coluna.

Em decorrência do afundamento de embarcações e com o cenário do estado de beligerância, em Novo Hamburgo, foi realizado um “comício monstro exteriorizando” a revolta em decorrência dos ataques<sup>41</sup>. Os funcionários da empresa Adams & Cia foram dispensados para poderem participar do evento, e a “firma pagou o dia cheio a todos os operários”. O comício iniciou na aludida empresa, após todos foram para o centro da cidade, passando por diversos estabelecimentos, como a sede da Liga de Defesa Nacional, a prefeitura municipal e a delegacia de polícia, percorrendo diversos bairros da cidade.

No decorrer do evento, diversos discursos foram realizados “todos, sem exceção, verberaram, com palavras dignas do momento, o ‘Eixo’ e o quinta-colunismo”. Em um dos discursos, Darcy Feijó pronunciou que “se sentia feliz por encontrar Novo Hamburgo calmo, disciplinado e bem patriótico”, mesmo assim, uma “Força do Exército Nacional” foi deslocada para a cidade, permanecendo “até que se regularize a situação”. Assim, não ficou claro se ocorreu algum incidente mais grave. Nas publicações sobre esses eventos, sempre havia menção à grande quantidade de pessoas presentes e ao tom pacífico e ordeiro dos eventos, demonstrando atitudes diferentes das realizadas nos primeiros eventos de protesto.

---

<sup>39</sup> EXÉQUIAS em sufrágio das almas... **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 4, 28 mar. 1942.

<sup>40</sup> MISSA em sufrágio das almas... **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 29 ago. 1942.

<sup>41</sup> O CIVISMO em Novo Hamburgo... **O 5 de Abril**, Novo Hamburgo, p. 4, 21 ago. 1942.

No município leopoldense, também ocorreu um “comício monstro”, “promovido pelo povo de São Leopoldo, cujo sucesso superou todos os que aqui se tem realizado”<sup>42</sup>. Na noite chuvosa de 18 de agosto, parte da população de São Leopoldo se reuniu “empunhando bandeiras nacionais” e “percorreu as principais ruas da cidade dando vivas ao Brasil e morras à Alemanha e aos totalitários”. Inicialmente, o “comício de protesto” contra a “agressão nazista contra os navios brasileiros” ocorreu no Teatro Independência. Após, a população deslocou-se pela cidade para acompanhar diversos discursos em frente às residências de autoridades locais, como do Prefeito, do Juiz de Direito e da Liga de Defesa Nacional.

Os discursos abordaram a situação decorrente dos ataques alemães às embarcações brasileiras, demonstrando “solidariedade do povo”, “grande mágoa” e busca por justiça, pois os “inimigos da Pátria” deveriam receber “o castigo necessário”. Também foi realizado, a pedido do Ten. José Mesquita, um juramento para que “não mais se consentisse que fosse falada a língua alemã em São Leopoldo”. Apesar do entusiasmo aparente e dos discursos exacerbados, a princípio não houve violência, pois ocorreu “dentro da ordem e com respeito devido”. Entretanto, em Porto Alegre, os manifestantes foram “tomados de excessiva revolta”.

Devido às depredações ocorridas no Estado, o governo estadual, por meio da Secretaria da Interventoria Federal, fez um apelo à população rio-grandense, “para que se abstenham e evitem a prática de quaisquer excessos de exaltação cívica”, justificando que a destruição do patrimônio de estrangeiros prejudica o país, pois “embora propriedade de súditos das nações do eixo, já pertence hoje ao Brasil como indenização material dos prejuízos sofridos”<sup>43</sup>. O mesmo telegrama foi enviado a Novo Hamburgo e lido pelo prefeito em um comício realizado na cidade<sup>44</sup>.

Após as manifestações de agosto, em decorrência da declaração de guerra, diversas ações foram realizadas, alterando, de alguma forma, o cotidiano. O governo estadual enviou recomendações que deveriam ser seguidas, como a de aumentar a produção de suprimentos para o Exército e realizar a vigilância de pontos de acesso à cidade, ao mesmo tempo em que não se deveria “tomar a iniciativa de represálias”<sup>45</sup>.

Em 1942, foi orientado para que os brasileiros poupassem recursos, pois “economizar também é defender o Brasil”. Assim “todo artigo de aço, borracha, ou de qualquer matéria prima estratégica deve ser poupado”, pois se previa a “escassez de lâminas de barbear, painéis de alumínio ou de qualquer outro metal, geladeiras, máquinas de encerrar, fogões, aquecedores”<sup>46</sup>. Além dos entrevistados que mencionaram a falta de produtos alemães, conforme abordado, apenas

---

<sup>42</sup> SÃO Leopoldo protesta contra... **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 22 ago. 1942.

<sup>43</sup> APELO do governo do Estado... **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 4, 22 ago. 1942.

<sup>44</sup> IMPORTANTE telegrama do Secretário... **O 5 de Abril**, Novo Hamburgo, p. 1, 21 ago. 1942.

<sup>45</sup> AO POVO de São Leopoldo. **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 12 set. 1942

<sup>46</sup> ESBANJAR é lutar contra o Brasil. **O 5 de Abril**, Novo Hamburgo, p. 4, 30 abr. 1942.

uma entrevistada mencionou a escassez de alimentos no período, mas causado pela desconfiança que recaiu sobre os colonos de origem alemã.

A Sra. Lia contou que a cidade de São Leopoldo, às vezes, ficava desabastecida, porque indivíduos que “eram contra os alemães, não deixavam os colonos trazer [produtos] para os armazéns”, tendo que o proprietário do comércio buscar os alimentos<sup>47</sup>. A escassez mencionada ocorreu devido à atitude de brasileiros contrários aos alemães que impediram que eles fornecessem os produtos. Isso afetou a população que ficou desabastecida ou com dificuldade para encontrar determinados produtos.

Nesse sentido, o Sr. Alceu, que se mudou para Novo Hamburgo em 1941, indicou que os brasileiros não negociavam com “alemães”, mas o contrário também ocorria: “E com isso, o Brasil começou a enfrentar os alemães, não aqui. A reação aqui era de virar as costas, não falar, não negociar, e isso era recíproco dos dois lados. Novo Hamburgo ficou dividida”. Isso mostra que a intolerância gerada pelo contexto de nacionalização e do conflito mundial ocorreu tanto por parte de pessoas que se identificavam como brasileiros como por pessoas que se identificavam como alemãs, influenciando a convivência entre os distintos grupos.

Além da campanha de arrecadação de metais, outras campanhas também foram realizadas para angariar dinheiro para a compra de um avião bombardeiro e para a construção de abrigos antiaéreos, as quais obtiveram apoio em São Leopoldo<sup>48</sup> e em Novo Hamburgo<sup>49</sup>.

Nas duas cidades, ocorreram exercícios relacionado ao Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. Na cidade de Novo Hamburgo, ocorreu um “ensaio de escurecimento total”, em que, além da iluminação pública, as luzes residenciais e de veículos foram apagadas<sup>50</sup>. Em São Leopoldo, foi organizado um grupo para esse serviço que realizou, em 19 de outubro de 1942, um exercício de “escurecimento total da cidade”<sup>51</sup>.

Correspondência foi enviada à prefeitura para informar a população dos distritos de Sapucaia e de Esteio que, caso houvesse o escurecimento total de Porto Alegre, seria uma “indicação de perigo para essas localidades”<sup>52</sup>. Também foi “expressamente proibido o uso do toque de ‘sirene’” enquanto durasse o estado de beligerância, podendo ser usado exclusivamente como “sinal de alarme indicativo de bombardeio aéreo”<sup>53</sup>.

---

<sup>47</sup> Esse tipo de situação relacionada à comercialização/negociação mencionada pela Sra. Lia e pelo Sr. Alceu requer mais estudo, no entanto, não será possível contemplá-lo neste artigo.

<sup>48</sup> SÃO Leopoldo empolgado... **Correio de São Leopoldo**, São Leopoldo, p. 1, 5 set. 1942.

<sup>49</sup> ESTADO de beligerância. **O 5 de Abril**, Novo Hamburgo, p. 2, 18 set. 1942.

<sup>50</sup> ESCURECIMENTO total da cidade... **O 5 de Abril**, Novo Hamburgo, p. 1, 16 out. 2018.

<sup>51</sup> VILANOVA, Júlio. [**Correspondência**]. Destinatário: Herophilo Azambuja. São Leopoldo, 22 out. 1942. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>52</sup> AZAMBUJA, Herophilo. [**Correspondência**]. Destinatário: Theodomiro Porto da Fonseca. Porto Alegre, 19 set. 1942. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

<sup>53</sup> PY, Aurélio. [**Correspondência**]. Destinatário: Theodomiro Porto da Fonseca. Porto Alegre, 15 set. 1942. 1 Carta. Acervo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Havia o receio de um ataque ao país. O Sr. Alceu relatou que “chegaram ao ponto de proibir as pessoas de fumarem, porque os aviões que bombardeavam poderiam ver o fogueiro do cigarro e largar uma bomba”. Ele mencionou essa situação para exemplificar as consequências do estado de beligerância e para “mostrar o limite a que chegaram. Foi uma coisa. Tu não sabias se agia como alemão ou como brasileiro”. O entrevistado explicou que, em decorrência da guerra, o ambiente tornou-se desfavorável. Havia a preocupação de que o conflito poderia se agravar, com consequências diretas ao território nacional, e quaisquer manifestações que pudessem ser associadas ao apoio à Alemanha poderiam ser consideradas ofensivas e gerar repreensões.

Assim, a população defrontou-se com situações decorrentes do cenário, experimentou um clima de guerra, pois agia contra o grupo visto como inimigo ou contribuía para as campanhas e participava de procedimentos de defesa e de sobrevivência. Com o desenrolar da guerra e com o vislumbre de uma possível derrota do Eixo, a situação foi se acalmando, conforme mencionou a Sra. Hildegard: “ficou mais em paz quando começou a chegar mais para o fim, quando a gente já estava esperando o desfecho”. Findado o conflito, em 1945, as repercussões permaneceram na memória da população. Além de bens e de patrimônios apreendidos ou destruídos, de livros escondidos, de rádios confiscados, estabeleceu-se na região o clima tenso e de hostilidades, proibições e o estado de beligerância que marcou o país e a região do Sinos.

A parcela da população mais afetada por aquele contexto, possivelmente, foi a de imigrantes e de descendentes dos países do Eixo, os quais enfrentaram situações de preconceito, de retaliação, de destruição de patrimônio e de confisco de bens, o que foi intensificado a partir de 1942, com o posicionamento do Brasil contra o Eixo e a posterior declaração de guerra.

### **Considerações finais**

O contexto de guerra e da Campanha de Nacionalização trouxeram alterações ao cotidiano do Vale do Rio dos Sinos. A destruição das embarcações representou um ataque à nação, o que poderia despertar consternação, um sentimento de vingança ou consequência mais direta de um estado de beligerância, como alteração de rotina, escassez de produtos e treinamentos, como o do ataque antiaéreo com o escurecimento da cidade, que ocorreu, em outubro de 1942, em São Leopoldo e em Novo Hamburgo. A partir de 1942, o Brasil rompeu relações com as nações do Eixo e, conseqüentemente, ocorreram ataques às embarcações brasileiras como forma de retaliação. Efetivou-se a declaração de guerra em agosto, e a Campanha de Nacionalização foi intensificada, afetando mais fortemente parte da população que foi proibida de falar em alemão em espaço público, viajar ao interior e ao litoral do estado, reunir-se em casas particulares, entre outras restrições, conforme exigência da polícia do Estado.

Nesse contexto, falar em alemão ou expressar elementos da cultura alemã passou a ser considerado um apoio à Alemanha, transformando o imigrante e o descendente em inimigos da

ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB - Año XV. N°29, julio 2023, ISSN 1688-5317. Uruguay pátria. Esses passaram a ser tratados, muitas vezes, pejorativamente, de quintas-colunas ou traidores. O conceito de quinta-coluna popularizou-se nos periódicos analisados, principalmente durante o ano de 1942. Além das páginas dos jornais, o vocábulo ganhou as ruas, tornou-se insulto e foi utilizado para ofender a população associada a etnias dos países do Eixo.

No Vale do Sinos, ocorreram diversos protestos em decorrência dos afundamentos, sejam eles pacíficos, como passeatas e comícios, ou exaltados, como a depredação do Monumento ao Imigrante. As reações, na região, ao que tudo indica, não tiveram as mesmas proporções violentas das ocorridas na capital do Estado, no entanto, aconteceram alguns atos, como a pichação com frases acusatórias na casa do imigrante alemão Paulo Obermeyer, em São Leopoldo. As circunstâncias ocasionaram um clima de hostilidades, seja representado pelo combate às nações do Eixo, seja contra a população vista como inimiga, resultando em um ambiente ainda mais desfavorável para a população de imigrantes e de seus descendentes.

#### REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. [3. ed.]. São Paulo, SP: Contexto, 2011. p. 155- 202.
- BUADES, Josep. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo, SP: Contexto, 2013. 336 p.
- BÜHLER, Gertha. *Entrevista Gertha Bühler*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Autor. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (26min).
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143. v. 2.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução: Ephraim F. Alves e Lúcia Orth. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 372 p. v. 2.
- DIETZOLD, Hildegard. *Hildegard Dietzold*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Autor. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1h 20min 57s).
- DILLENBURG, Sérgio Roberto. Tempos de incerteza. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René (coord.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1996. p. 267-275.
- FARAGO, Ladislav. *A Guerra Secreta: História da Espionagem na Segunda Guerra Mundial*. Portugal: Edições 70, 2018. 324 p.
- FÁVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina*. 2002. 392 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FEIJÓ, Alceu Mário. *Entrevista Alceu Mário Feijó*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Autor. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1h 15min 40s).

FLORÊNCIO. *Entrevista Autor Anônimo – Florêncio*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Autor. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (22min 26s).

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

GERTZ, René E., *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 198 p.

GUCHS, Siria. *Entrevista Siria Guchs*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Autor. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (25min).

NEUMANN, Rosane Marcia. *‘Quem nasce no brasil, é brasileiro ou Traidor!’: As colônias germânicas e a campanha de nacionalização*. 2003. 324 p. Dissertação (Mestrado em História) - Unisinos, São Leopoldo, 2003.

PAZ, Lia. *Entrevista Lia Paz*. [ago. 2018]. Entrevistadora: Autor. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (22min 50s).

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e silêncio. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Revista do Programa de Estudos pós-graduados em História e do Departamento de História: História e Oral – Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 9-36, 1 jun. 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2015. 694 p.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1 abr. 1997.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In: PANDOLFI, Dulce. Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o '25 de Julho' em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2004.

WEBER, Roswithia. Praça Centenário e seu monumento: persistência do nacionalismo no pós Segunda Guerra Mundial - São Leopoldo/RS. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2016.